

CAPÍTULO 18

O processo de formulação e aprovação do novo plano diretor de Belo Horizonte

Tensões, disputas e limites da luta

THIAGO CANETTIERI

TAÍS CLARK

JÚLIA BIRCHAL DOMINGUES

JUNIA FERRARI

MARINA SANDERS PAOLINELLI

capítulo 18 | O processo de formulação e aprovação do novo plano diretor de Belo Horizonte
Tensões, disputas e limites da luta

O Plano Diretor é o instrumento básico da política urbana, organizado em uma lei municipal e elaborado obrigatoriamente com a participação da sociedade. É responsável por orientar o desenvolvimento da cidade a partir de um plano de uso e ocupação do solo urbano. O município de Belo Horizonte já contou com diversos Planos Diretores e, desde o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001)⁸¹, ele foi atualizado três vezes. Este capítulo é um esforço de revisão e sistematização dos momentos mais relevantes do processo de formulação e aprovação da mais recente versão do Plano Diretor de Belo Horizonte, descrito na Lei nº 11.181/2019⁸². O objetivo é apresentar a trajetória desta etapa do planejamento urbano municipal e seus entrelaçamentos com as lutas urbanas e as disputas com o setor empresarial, marcando os momentos que demonstraram a potência e os limites da luta ligada à sua aprovação.

Na revisão do Plano Diretor de Belo Horizonte aprovada em 2010 (Lei nº 9.959/2010⁸³), foram definidos os instrumentos de política urbana⁸⁴ do Estatuto da Cidade a serem aplicados em

⁸¹ A Lei na íntegra encontra-se disponível em: https://web.archive.org/web/20220809194514/http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm

⁸² Para conhecer o Plano Diretor, acesse: https://drive.google.com/drive/folders/1Uokr9SzaokUPfH0N_RXviW6mtlHEbAZs?usp=sharing

⁸³ Para conhecer a Lei completa, acesse: <https://docs.google.com/document/d/14f4N6PPnuO60T8dqmy2DOVgS2IBoQRo7/edit?usp=sharing&oid=105927172325730897592&rtfpof=true&sd=true>

⁸⁴ Os Instrumentos de política urbana são ferramentas criadas pelo Estatuto da Cidade para que o poder público possa intervir no território de modo a promover o desenvolvimento urbano no sentido desejado. O Plano Diretor é considerado o instrumento mais importante, além da Outorga Onerosa pelo Direito de Construir (OODC), IPTU Progressivo no Tempo, Áreas de Diretrizes Especiais (ADEs), Transferência do Direito de Construir (TDC), Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), dentre outros. Alguns desses instrumentos são mais polêmicos do que os outros e encontram maior ou menor dificuldade de efetiva implementação, a depender do grau de interferência na dinâmica urbana e de quais interesses atingem, como será visto neste capítulo a respeito da OODC.

BH, mas faltava regulamentá-los. Ou seja, ainda era preciso nova lei que detalhasse como esses instrumentos iriam funcionar, por exemplo, demarcando no território as áreas onde deveriam ser aplicados e o formato institucional de sua gestão.

Para isso, foi iniciado o processo de elaboração dos Planos Diretores Regionais em 2011, que consistiu num grande esforço de aproximação do território, de maneira a levantar informações sobre as nove regionais administrativas⁸⁵ que pudessem auxiliar o cálculo de suporte do município. Em outros termos, era preciso conhecer a cidade em seus aspectos bem locais, de maneira a definir onde ainda havia infraestrutura capaz de suportar mais adensamento construtivo e populacional (mais construções, gente morando e/ou trabalhando), onde seria preciso conter essa expansão, dentre outros.

Entretanto, o início dos trabalhos de elaboração dos Planos Diretores Regionais foi dificultado pelo envolvimento de boa parte dos técnicos da Secretaria de Planejamento da prefeitura nos primeiros ensaios de aplicação da Operação Urbana Consorciada (OUC)⁸⁶ — instrumento de política urbana de caráter neoliberal que permite ao poder público promover mudanças estruturais na cidade em parceria com a iniciativa privada. A esta mobilização, somou-se o interesse da administração da época (2011 e 2012) em acelerar a implantação da Operação Urbana Consorciada, inclusive suspendendo os trabalhos dos Planos Diretores Regionais no segundo semestre de 2012. Resumindo, esse projeto neoliberal⁸⁷ se sobrepôs aos interesses coletivos de regulamentação do Plano Diretor Municipal. O prefeito em exercício, Márcio Lacerda, que iniciou seu mandato

⁸⁵ Barreiro, Centro-sul, Leste, Oeste, Nordeste, Noroeste, Norte, Pampulha e Venda Nova.

⁸⁶ Conferir o capítulo *A dimensão Política de uma Operação Urbana Consorciada em Belo Horizonte*.

⁸⁷ Conferir neste volume o capítulo *Metrópole, Crise Urbana e Governança Neoliberal*.

capítulo 18 | O processo de formulação e aprovação do novo plano diretor de Belo Horizonte
Tensões, disputas e limites da luta

em 2009, trouxe para a política de Belo Horizonte um caráter “empreendedorista”. Além disso, ocorreu um forte processo de cercamento dos espaços públicos⁸⁸. Tais medidas foram respondidas à altura pelos vários movimentos e coletivos que se articulavam em diferentes frentes de luta: pela moradia, pela cultura popular, em defesa dos espaços públicos etc.

Em 2013, o contexto político de Belo Horizonte (e de todo o Brasil) garantiu ainda mais força para essas articulações. As ruas, acesas com as faíscas das lutas pelo transporte público de qualidade e acessível em São Paulo (duramente reprimidas), se incendiaram por todo o país. Em Belo Horizonte, não foi diferente. Um contexto de efervescência surgiu, mobilizado pela presença constante de diferentes movimentos sociais. As jornadas de junho de 2013 foram um atravessamento nos rumos das discussões sobre o futuro da cidade de Belo Horizonte. Novas ocupações urbanas⁸⁹ surgiram, e muitas pontes entre os movimentos sociais foram consolidadas. Uma rica composição entre universidade, movimentos sociais, artistas e cidadãos de todas as classes formou-se na cidade. O ponto de convergência era a Assembleia Popular Horizontal (APH)⁹⁰, um espaço para tomada de decisões coletivas sobre os rumos das lutas sociais e, em especial, uma arena para que as demandas da cidade fossem colocadas.

Uma dessas demandas que surgiu, levantada por técnicos ligados à prefeitura e por acadêmicos das universidades, foi

⁸⁸ Lacerda, em um decreto, proibiu a realização de qualquer atividade coletiva na Praça da Estação. Em resposta, vários coletivos da cidade ocuparam a Praça em um protesto político festivo que ficou conhecido como Praia da Estação. Para saber mais, acesse: <https://web.archive.org/web/20220810142513/https://quatrocincoum.folha.uol.com.br/br/artigos/as-cidades-e-as-coisas/sobre-praias-e-mares>

⁸⁹ Conferir o capítulo *Ocupações urbanas e transformações recentes na luta pelo direito à moradia na RMBH* neste volume.

⁹⁰ Para saber mais sobre a APH, acesse: <https://web.archive.org/web/20221001140656/http://aph-bh.wikidot.com/sobre>

a discussão sobre as Operações Urbanas Consorciadas. Nessa ocasião já havia o entendimento de que a OUC significaria maior redução da experiência democrática na cidade e foi eleita como um dos pontos de ação popular, liderada pelo Grupo de Trabalho (GT) Reforma Urbana da APH. Assim, a partir de chamados da APH, os diferentes movimentos começaram a participar da política urbana de Belo Horizonte nas reuniões do Conselho Municipal de Política Urbana, nas audiências públicas de “apresentação” da OUC, dentre outras. Essa mobilização foi tão grande que, em dezembro de 2013, os movimentos convocaram, por sua própria conta, a I Conferência Popular de Política Urbana de Belo Horizonte⁹¹, na qual diversos movimentos, entidades e cidadãos se encontraram para pensar autônoma e coletivamente os rumos do planejamento urbano de Belo Horizonte.

A conferência oficial (IV Conferência Municipal de Política Urbana) foi chamada para ocorrer em agosto de 2014. Os movimentos já contavam com uma ampla organização, pois vinham se preparando para esse momento a partir da movimentação coletiva dos vários grupos (ambientalistas, de moradia — antigos e novos —, associações de bairro etc.). O acúmulo construído ao longo das sucessivas reuniões da APH, estimulado pelas lutas de 2013–2014 e da Conferência Popular, possibilitou uma importante participação dos movimentos sociais na construção da política urbana.

O barulho era sem tamanho: realizada nas salas e auditórios da antiga Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (na Rua Carangola), bandeiras dos movimentos eram vistas por todos os lados. Os ventos estavam favoráveis à apresentação de

⁹¹ O processo foi noticiado nesta matéria: <https://web.archive.org/web/20220810171944/https://www.fojeemdia.com.br/horizontes/movimentos-populares-est%C3%A3o-contr-a-verticaliza%C3%A7%C3%A3o-de-bh-1.228563>

capítulo 18 | O processo de formulação e aprovação do novo plano diretor de Belo Horizonte
Tensões, disputas e limites da luta

propostas avançadas para o futuro de Belo Horizonte. Assim, diferentes pautas foram agregadas à luta dos movimentos. Nesse contexto, o Plano Diretor voltou a ganhar centralidade, bem como as discussões em torno da necessária regulamentação dos instrumentos de política urbana. Por exemplo, foi realizada a proposta da aplicação do instrumento de Área de Diretrizes Especiais (ADE) em alguns bairros e regiões tradicionais de Belo Horizonte, a fim de preservar as suas características históricas e protegê-los de mudanças em decorrência da substituição de casas por prédios. Ao mesmo tempo, foram propostas medidas protetivas mais rígidas para as Áreas de Proteção Ambiental do município, diminuindo as possibilidades de atuação do mercado imobiliário nessas áreas e mantendo-as como áreas verdes. Novas Ocupações foram reconhecidas como Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), indicando a necessidade de investimento público para melhoria da infraestrutura nessas áreas.

A participação de diferentes movimentos, acompanhada de uma posição mais progressista por parte de técnicos da prefeitura, produziu um cenário de embate com o mercado imobiliário nas reuniões da IV Conferência. Algumas dessas sugestões limitavam os rendimentos da construção civil. Por exemplo, a prefeitura apresentou propostas para alterar os cálculos das áreas de permeabilidade (as partes do lote que devem permanecer livres e vegetadas para permitir que a água se infiltre no solo) e vagas de garagem, diminuindo os privilégios históricos até então garantidos ao setor imobiliário de forma gratuita.

Uma proposta bastante polêmica foi a do Coeficiente de Aproveitamento (CA) único (igual a 01 para toda a cidade). Isso significa que cada proprietário teria direito a construir o equivalente apenas à quantidade de metros quadrados de seu terreno — se tenho um terreno de 360m², eu posso construir, gratuitamente, uma edificação de 360m². Para construir acima

dessa metragem, caso a região permitisse mais adensamento (concentração de construções), seria necessário pagar uma contrapartida financeira, por meio de um instrumento de política urbana chamado Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)⁹².

Até então, os proprietários e os empreendedores ganhavam, gratuitamente, o direito de construir mais que a área do terreno. Isso permitia a verticalização (crescimento vertical das cidades) em áreas de maior interesse do mercado imobiliário, o que aumenta a pressão sobre a infraestrutura urbana desses locais. Os valores dos terrenos se elevam em razão do potencial de adensamento construtivo que podem receber e do lucro que podem dar aos empreendedores. Ou seja, o lucro dos proprietários de terrenos e empreendedores imobiliários é viabilizado a partir do investimento coletivo em infraestrutura urbana, sem que eles próprios tenham feito qualquer tipo de investimento para tanto. A OODC, cobrada para superar o CA Básico único e unitário, procura solucionar essa injustiça, retornando para a coletividade a possibilidade de redistribuição de investimentos em infraestrutura urbana em novas áreas e em moradia de interesse social para populações não atendidas pelo mercado, a partir da possibilidade de adensamento nas áreas de interesse da construção civil, que via de regra já receberam o investimento coletivo em infraestrutura urbana.

Com a ampla mobilização social, o espaço dado a esses empresários foi diminuindo de tamanho e, não acostumados com a pressão social colocada em jogo, afastaram-se da IV Conferência Municipal de Política Urbana, reclamando das propostas apresentadas pela prefeitura e apoiadas pelos movimentos

⁹² Para entender sobre a OODC, acesse: https://www.youtube.com/watch?v=8p3cTHkU46A&t=225s&ab_channel=LincolnLandPolicy

capítulo 18 | O processo de formulação e aprovação do novo plano diretor de Belo Horizonte
Tensões, disputas e limites da luta

sociais⁹³. Alguns dos representantes afirmaram que iriam propor emendas diretamente aos vereadores da Câmara Municipal para alterar as decisões da IV Conferência.

O projeto de lei do novo Plano Diretor de Belo Horizonte foi enviado pela prefeitura à Câmara dos Vereadores em 2015, tendo como base as decisões tomadas na IV Conferência. Transcorrido mais de um ano sem ser apreciado, no ano de 2016 os diversos movimentos sociais, setores da academia e a própria prefeitura se articularam para pressionar sua aprovação, constituindo a campanha “Vereador, aprove o Plano Diretor”⁹⁴. Foi publicada uma carta com motivos para apoiar o novo Plano⁹⁵, assinada por diversas entidades, além de realizadas ações na Câmara.

Sem que o executivo municipal parecesse realmente empenhado na sua aprovação, o projeto de lei foi colocado em discussão, pelos vereadores, na Câmara Municipal. O tema alcançou o debate eleitoral e o novo prefeito eleito (e que tomaria posse no ano seguinte) manifestou publicamente ser favorável ao novo Plano⁹⁶. Em dezembro de 2016, no último dia em que o plano poderia ser aprovado naquela gestão, a casa legislativa foi tomada por representantes dos movimentos sociais, numa demonstração do seu apoio ao Plano e por suspeitar que o projeto fosse rejeitado. Porém, ele foi retirado da pauta.

⁹³ Esta matéria noticia o acontecimento: <https://web.archive.org/web/20220812144641/https://www.sinduscon-mg.org.br/por-discordar-da-pratica-adotada-pela-pbh-setor-da-construcao-se-afasta-da-iv-conferencia-municipal-de-politica-urbana-bh/>

⁹⁴ A página da campanha encontra-se disponível em: <https://m.facebook.com/aproveoplanodiretor/>

⁹⁵ Para ler a carta na íntegra, acesse: https://web.archive.org/web/2022081514906/https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/10/20/interna_politica,910271/movimentos-sociais-entregam-carta-a-kalil-cobrando-novo-plano-diretor.shtml

⁹⁶ Esta declaração de Alexandre Kalil encontra-se disponível em: <https://www.facebook.com/aproveoplanodiretor/videos/1215826658510135/>

Em 2017, com a nova gestão da prefeitura, o projeto de lei voltou para o executivo municipal com a justificativa de ser revisto e simplificado, além de incorporar diretrizes de desenvolvimento sustentável. A mobilização pela aprovação do Plano, à época sem integrantes da prefeitura, viveu uma nova etapa. Como o processo de revisão foi lento e feito a portas fechadas pela prefeitura, tornou-se necessário pressionar para que as alterações não ferissem as decisões democraticamente tomadas na IV Conferência, além de demandar que o Plano fosse novamente devolvido para a Câmara para votação. Dentre outras ações, foi entregue uma carta ao prefeito com pontos a serem mantidos no Plano⁹⁷, além de terem sido realizados aulões públicos e produzidos materiais sobre a importância desse instrumento de política urbana e das soluções aprovadas para o futuro da cidade, de forma democrática, na IV Conferência.

Somente em junho de 2018 o novo Plano Diretor, já revisado, foi devolvido à Câmara Municipal. O então prefeito Alexandre Kalil havia sido eleito com a promessa de regularizar as ocupações urbanas consolidadas, dentre elas as localizadas na região da Izidora (região norte de BH), considerado até então um dos maiores conflitos de terras do mundo devido à extensão da área. Com essa perspectiva, nesse mesmo ano, a prefeitura publicou um decreto⁹⁸ reconhecendo o interesse social de 119 “assentamentos constituídos por famílias de baixa renda” no município, o que teve reflexo direto no processo de aprovação do Plano Diretor.

Essas comunidades, com especial destaque para a Izidora, pressionaram o poder executivo e a câmara legislativa para que

⁹⁷ A carta completa encontra-se disponível em: https://web.archive.org/web/20220815114906/https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/10/20/interna_politica,910271/movimentos-sociais-entregam-carta-a-kalil-cobrando-novo-plano-diretor.shtml

⁹⁸ Trata-se do Decreto 16.888, disponível em: <https://web.archive.org/web/20220815115247/http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1193279>

capítulo 18 | O processo de formulação e aprovação do novo plano diretor de Belo Horizonte
Tensões, disputas e limites da luta

fossem reconhecidas como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) ou Área Especial de Interesse Social (AEIS) no novo Plano Diretor. Mais do que o reconhecimento de sua existência, os moradores desses territórios lutavam pela permanência em suas casas e entendiam que naquele momento a melhor forma de garanti-la era pressionar por essa demarcação. A partir de uma grande articulação política entre prefeitura, movimentos sociais, ativistas e vereadores favoráveis à causa, os moradores conseguiram garantir emendas (modificações pontuais) ao projeto de lei, demarcando algumas das comunidades. Durante o processo de aprovação, foram analisadas quase 300 emendas e subemendas ao Plano, inclusive algumas com propostas que deturpavam totalmente as determinações da IV Conferência.

Foi nesse cenário que o maior desafio se apresentou. O setor da construção civil, que até então estava relativamente calado na disputa em torno do novo Plano Diretor de Belo Horizonte — e, provavelmente, exercia sua influência nos bastidores —, lançou a campanha “Mais Imposto Não”⁹⁹. Distorcendo um tema sensível para a maior parte dos brasileiros, a indústria imobiliária ocupou os meios de comunicação em uma investida contrária à combinação do Coeficiente de Aproveitamento básico único e unitário com a Outorga Onerosa do Direito de Construir¹⁰⁰.

As estratégias organizadas pelos sindicatos patronais, envolvendo uma ampla rede de construtoras, incorporadoras e corretores imobiliários, foram diversas e invadiram a mídia e até outdoors pela cidade. Foi produzido e divulgado um vídeo alegando que o “Seu João”, uma imagem fictícia do cidadão comum belo-horizontino, não poderia mais construir a sua casa

⁹⁹ A página da campanha encontra-se em: <https://www.facebook.com/maisimpostonaoBH>

¹⁰⁰ Como podemos ver nesta matéria: <https://web.archive.org/web/20220815123232/https://www.otempo.com.br/cidades/empresarios-se-reunem-e-questionam-plano-diretor-1.1998490>

sem pagar mais um imposto para o poder público¹⁰¹. Ainda, foi organizado um controverso “Café com Mercado”¹⁰², em que representantes e empresários convidados pelo Sinduscon se referiam ao Estatuto da Cidade como um instrumento para a “implementação do comunismo”. Nos dias de votação do Plano Diretor na Câmara, mobilizaram seus funcionários e levaram faixas com dizeres como “nossa bandeira nunca mais será vermelha”. Todas essas insinuações e falsas associações surfavam na onda de polarização que estava presente no cenário político de 2018 e que culminou na eleição de Jair Bolsonaro à presidência e de Romeu Zema ao governo do estado de Minas Gerais.

Para impedir que o debate público em torno do Plano Diretor fosse dominado e moldado pelo mesmo empresariado que abandonou a construção coletiva na IV Conferência, os setores agregados na campanha “Vereador, aprove o Plano Diretor” se mobilizaram para produzir materiais com esclarecimentos a respeito da outorga onerosa do direito de construir¹⁰³, evidenciando os motivos pelos quais ela não constitui um imposto e não afetaria a construção das edificações do cidadão comum, bem como os benefícios coletivos decorrentes de sua aplicação, pois os recursos arrecadados com a Outorga seriam revertidos no financiamento da infraestrutura urbana e na política habitacional do município. Também foi necessário demonstrar que a adoção do Coeficiente de Aproveitamento único para toda a cidade não traria grandes impactos para a população, tendo em vista que cerca de 70% dos terrenos do município contavam com edificações abaixo

¹⁰¹ O vídeo encontra-se disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TifjdT2Mvs&t=21s&ab_channel=MaisImpostoN%C3%A3oBH

¹⁰² O registro do encontro está disponível aqui: <https://web.archive.org/web/20220815135028/https://www.secovimg.com.br/evento-detalhes.php?evento=19>

¹⁰³ O material encontra-se disponível em: <https://www.facebook.com/aproveoplanodiretor/photos/pcb.1807897172636411/1807895629303232/?type=3>

capítulo 18 | O processo de formulação e aprovação do novo plano diretor de Belo Horizonte
Tensões, disputas e limites da luta

deste limite. O vídeo produzido pelo setor empresarial foi então desmentido por outro, elaborado com apoio de urbanistas e arquitetos favoráveis à aprovação do Plano e divulgado nas redes sociais da campanha¹⁰⁴.

O envolvimento da universidade foi fundamental para legitimar tecnicamente a explicação, com produção de uma carta elaborada pelo núcleo do Observatório das Metrópoles da RMBH¹⁰⁵. A rede pró-aprovação do Plano também mobilizou uma representação no Ministério Público¹⁰⁶, alertando a população em relação à natureza mentirosa da campanha “Mais Imposto Não”, o que resultou em emissão, pelo MP, de Nota Técnica direcionada aos vereadores de Belo Horizonte esclarecendo que a Outorga Onerosa do Direito de Construir, associada à adoção de Coeficiente de Aproveitamento básico único e unitário, não se tratava de um imposto, mas sim de um instrumento de promoção de justiça social, e recomendando, portanto, a sua aprovação no projeto de lei do município de Belo Horizonte¹⁰⁷.

Apenas em 2019, portanto oito anos após o início de sua construção e sob forte pressão popular, foi aprovado o novo Plano Diretor de BH, Lei Municipal nº 11.181/2019. O protagonismo assumido pelo poder executivo — especialmente após a eleição do prefeito Alexandre Kalil — na elaboração do projeto de lei do Plano, aliado à pressão dos diversos movimentos sociais e moradores das ocupações urbanas — que lotaram os plenários

¹⁰⁴ Para ver o vídeo, acesse: <https://www.facebook.com/watch/?v=1805670962859032>

¹⁰⁵ A carta na íntegra encontra-se disponível em: <https://web.archive.org/web/20220815140433/https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-aprovacao-do-novo-plano-diretor-de-belo-horizonte/>

¹⁰⁶ A representação é noticiada aqui: <https://web.archive.org/web/20220815143614/https://nossabh.org.br/2018/09/ministerio-publico-nt-plano-diretor/>

¹⁰⁷ Para ler a Nota Técnica na íntegra, acesse: https://drive.google.com/file/d/1oGGeLeG1LNC3WxPOS-STT_3zZBb9_iRV/view?usp=sharing

nos dias de votação — foram essenciais para essa vitória. Apesar da ascensão da extrema direita no país e do esforço do setor empresarial em disseminar campanhas difamatórias acerca do Plano Diretor, a articulação que se formou em torno da campanha “Vereador, aprove o Plano Diretor” permitiu a aprovação de um Plano com instrumentos e diretrizes alinhados com a pauta da reforma urbana na produção de uma cidade mais inclusiva.

Ainda que a aprovação do Plano Diretor de Belo Horizonte tenha sido uma espécie de exceção na maré atual do conservadorismo, há um caminho longo para garantir sua implementação. A efetiva aplicação dos instrumentos urbanísticos contidos no Plano Diretor ainda se encontra em disputa — em especial aqueles que procuram atingir a mecânica de valorização dos terrenos para democratizar o acesso à cidade, como é o caso do CA unitário e da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) — sempre encontram grandes obstáculos para a transposição do que é Lei para a realidade e constituem alvos fáceis para estagnações e retrocessos.

Concluimos reafirmando que a luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade envolve muitas dimensões e deve ser permanente. Além da importante e necessária organização popular, que não é automática, mas impulsionada por determinadas conjunturas políticas, a mobilização de uma ampla rede que envolveu diversos setores da sociedade (universidade, Ministério Público, movimentos sociais, o próprio corpo técnico do executivo, entre outros) foi fundamental nesse processo, criando a necessária articulação política com o executivo e legislativo municipal. Toda essa luta foi fundamental para contrapor o poder político dos setores da construção civil que defendem seus interesses privados e mercadológicos e para contestar a disseminação de informações falsas financiadas pelo mercado.

RE REFORMA
UR URBANA E
DE DIREITO À
CI D A D E